

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

CITÂNIA DE BRITEIROS. ALGUNS ASPECTOS ETNOGRÁFICOS E SOCIAIS DA NOSSA PROTO-HISTÓRIA.

CARDOSO, Mário

Ano: 1938 | Número: 48

Como citar este documento:

CARDOSO, Mário, Citânia de Briteiros. Alguns aspectos etnográficos e sociais da nossa Proto-História. *Revista de Guimarães*, 48 (1-3) Jan.-Set. 1938, p. 161-169.

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães

E-mail: geral@csarmiento.uminho.pt

URL: www.csarmiento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Citânia de Briteiros

Alguns aspectos etnográficos e sociais da nossa Proto-história

(Cont. do vol. XLVII, pág. 240)

V — As invasões da Ibéria

Ao conjunto de povos que desde longínquas eras habitaram a Península, deu-se, anteriormente à invasão romana, o nome genérico de *iberos*. Parece que os *iberos*, no sentido restrito, eram povos de procedência africana⁽⁵⁷⁾. A Ibéria⁽⁵⁸⁾ foi, em todos os tempos, país cobiçado por estranhos, devido à grande riqueza e fertilidade do solo.

Entre os povos mais antigos que, nos tempos proto-históricos, abordaram a Península, contam-se os *Fenícios*. A fundação da colónia fenícia de Gadir (= Cadix), supõe-se ter sido efectuada por volta do século XII a. C. Vindos do Mediterrâneo oriental, eram navegadores comerciantes, que traziam consigo o marfim africano e o âmbar das costas do Báltico, levando em troca os metais, que na Ibéria abundavam: a prata, o ouro, o cobre e o estanho. Os nomes geográficos terminados em *-ipo* são considerados de origem fenícia, como Olísipo (Lisboa)⁽⁵⁹⁾, Colipo (Leiria), etc.

Cêrca do início do primeiro milénio a. C. um ramo dos *Etruscos*, povos procedentes da Ásia Menor, estabeleceu-se na parte da Itália que, por êsse facto, tomou o nome de Etrúria. Aí constituíram os etruscos um grande império, cuja decadência começou a acentuar-se pelo séc. VI a. C., sendo por fim suplantados pelo império de Roma. Aproximadamente pela época em que os etruscos se fixaram na Itália,

supõe-se, conforme pretendem alguns investigadores, que outro ramo da mesma origem atingiu a Ibéria e fundou Tartessos, ao mesmo tempo que os fenícios estabeleciam a colónia de Gadir. Mais tarde os etruscos italianos ter-se-iam também expandido pela costa oriental da Península, fundando Tarraco (= Tarragona), entre outras cidades litorais. Um dos mais pertinazes defensores desta hipótese da colonização da Ibéria pelos etruscos é o Prof. Schulten, baseado em hábeis deduções e paralelismos filológicos, cujo valor foi confirmado e apoiado pelo eminente Prof. W. Schulze⁽⁶⁰⁾. Todavia o problema da influência etrusca na Península não deve ser aceite senão com tôdas as reservas, enquanto a arqueologia não confirmar concretamente tais hipóteses construídas apenas sôbre analogias filológicas de nomes de cidades⁽⁶¹⁾.

Sôbre a invasão dos *Lígures* na Península, povos que tanto prenderam o espírito de Martins Sarmiento, nas suas investigações àcerca das nossas origens étnicas, há notícias muito vagas e incertas. Parece que, por volta do séc VI a. C., ainda na Ibéria estavam estabelecidos os lígures. Certos AA. modernos, entre os quais o Prof. Bosch Gimpera, da Universidade de Barcelona, contestam a influência lígure na Península⁽⁶²⁾. Schulten diz que os lígures constituem a população mais antiga que nos é dado comprovar historicamente na Península.

Por sua vez, os *Gregos*, nos meados do séc. VII a. C., abordaram a Ibéria e fundaram aqui suas colónias⁽⁶³⁾.

Entre os séculos VI e V a. C., ou possivelmente antes, chegam à Península os *Cellas*⁽⁶⁴⁾, vindos do centro da Europa, portadores da cultura chamada de Hallstatt, isto é — da 1.^a Idade do Ferro. Em muitos nomes toponímicos, constituídos por elementos lingüísticos célticos, deixaram vestígios do seu estabelecimento, tais como nas palavras Conímbriga, Caladunum, Segeda, Segóbriga, etc.⁽⁶⁵⁾, e bem assim na antroponímia, por exemplo nos nomes — Camalus⁽⁶⁶⁾, tão freqüente nas inscrições da Citânia de Briteiros, Caturus, Turiacus, Talabarus, Medamus, etc. Mas não só a onomástica; também a arqueologia comparada confirma abundantemente a profunda influência céltica na

Península, e até, muito especialmente, neste recanto do Noroeste. O principal núcleo de celtas ocupando a Meseta central espanhola, especialmente a região de Numância, e ligando-se às populações locais, deu origem aos *Celtiberos* (67).

Também, por volta do séc. VI, a Ibéria sofre a invasão dos *Africanos* de Cartago. Fixam-se primeiramente no território da velha Gades. Mais tarde, com as conquistas de Hamílcar, continuam a ocupação da Península, que prossegue no tempo de Hasdrúbal, até Aníbal; mas, por fim, na segunda guerra púnica, deixam cair a Hispânia nas mãos dos *Romanos*. Estes dominam então a Península, e, em 133, completa-se definitivamente a romanização com a queda de Numância, tomada por Scipião, o segundo Africano. Desenvolve-se no Ocidente a cultura lusitano-romana que dura até cerca do fim do séc. IV da nossa era. Do século V ao VIII atravessamos a época visigótica, à qual se segue o domínio árabe e a reacção neogoda. Finalmente, pelo séc. XI, começa para nós a época a que podemos chamar *portuguesa*.

VI — Os Lusitanos proto-históricos e as populações castrejas

Acabamos de ver que as mais variadas gentes invadiram a Península Ibérica, durante toda a época proto-histórica e numa grande parte dos tempos históricos. Alguns desses invasores deixaram, como é natural, vincada influência do seu domínio; outros, mais ténues vestígios de sua efémera passagem. Uns fixaram-se ao solo, durante séculos, colonizaram e acabaram por deixar diluir na massa indígena os próprios caracteres étnicos; outros atravessaram apenas o território, como um furacão de extermínio, talando a terra e saqueando; outros ainda, mal afloraram a costa marítima, onde estabeleceram pacíficas feitorias comerciais.

Pelo que respeita pròpriamente à região do Noroeste, que nos interessa neste momento, isto é — à zona dos nossos castros, é evidente que nem todos os povos invasores a que nos acabamos de referir tem igual importância sob o ponto de vista etnológico.

Muitos dêles não chegaram sequer a tão afastadas e inóspitas paragens.

O mais acentuado vestígio de uma influência estranha nos nossos castros, anterior à romanização, deve-se, sem dúvida alguma, aos Celtas. Portadores da Cultura de Hallstatt, deixaram, bem visível, a marca da sua civilização nestes povoados, cujas ruínas coroam os montes do norte de Portugal e da Galiza, desde o Douro até à costa cantábrica.

Parece ter sido a pressão dos Germanos sôbre os Celtas do Baixo-Reno o facto que determinou o movimento dêstes para o ocidente da Europa, até à sua invasão da Península Ibérica. Supõe-se que uma primeira incursão teve lugar, por volta do comêço do séc. VIII a. C., atribuída aos Celtas chamados dos *Urnensfelder* (campos de urnas); no século VI irrompeu a segunda e maior vaga de invasores celtas, cujo núcleo principal ocupou, como dissemos, uma grande parte da Meseta central da Península, espraiando-se outros agrupamentos em várias direcções. Um dêsses bandos infiltrou-se pelo vale do Douro e veio estabelecer-se nas afastadas regiões do oeste e do noroeste.

A composição dos povos célticos da Península (*celtici*), isto é — a resultante da fusão dos Celtas, introdutores da civilização do Ferro, com os ocupantes prê-celtas do território, ainda na Idade do Bronze, é um facto antropológico de extrema complexidade. Como sabemos, o Périplo de Avieno é um dos textos mais antigos que nos dão notícia dos primitivos habitantes da Ibéria⁽⁶⁸⁾. Do estudo dêsse Poema depreende-se que, antes da invasão celta, os povos do Ocidente da Península eram os seguintes: nas terras costeiras de Portugal, desde o sul até o vale do Mondego — os *cynetes* ou *cónios*; do vale do Douro à Galiza — os *oestrímnios*; no centro, região da Beira-Alta, os *lusitanos*, tribo derivada dos *lusones*, povo prê-celta da Meseta; e em Trás-os-Montes os *draganes*, ramo dos *ástures*. Narra também o Périplo que os *oestrímnios* foram expulsos do seu território por uma invasão de «serpentes»⁽⁶⁹⁾, lenda que o Prof. Schulten, um dos mais esclarecidos comentadores do *Ora Maritima*, interpreta como significando a irrupção violenta do povo dos *sefes* (corrupção ou alteração do

grego Σήπεις = serpentes) naquela região, isto é, de um ramo dos Celtas, a que o primitivo autor do velho Périplo, um grego massaliota, dera aquele nome grego por ser talvez a «serpente» o *totem* dêsse agrupamento (⁷⁰). Quer para Schulten, quer para o Prof. Bosch Gimpera, outra autoridade incontestada na interpretação do Poema de Avieno, tanto estes *sefes* ali mencionados, como os *cempsos*, outros ocupantes da costa portuguesa, eram tribus celtas. Os *sefes* estabelecer-se-iam na região do Norte, até ao Cabo Ortegal; os *cempsos* na do Mondego. A linha divisória do território destas duas grandes tribus seria o rio Vouga. Foi por sua vez o grupo dos *sefes*, ou *sepes*, quem deu certamente o nome à velha terra dos *Oestrínnios* (⁷¹), que assim passou a chamar-se Ofiussa (do grego ὄφις = serpente), isto é — «terra de serpentes».

Estes *sefes* constituíam um povo complexo, formado de numerosas tribus parciais ou secundárias. O seu verdadeiro nome, comum e genérico, perdeu-se no rondar dos séculos, mas persistiram os nomes locais das tribus em que êsse grande ramo se dividiu, nomes que por vezes não traduzirão uma origem étnica mas tão sòmente um carácter geográfico, ligado aos lugares ou regiões onde as respectivas tribus se haviam fixado. Esses grupos secundários, o dos *callaeci lucensi*, por exemplo, ou o dos *callaeci bracari*, aparecem, por sua vez, fraccionados em sub-tribus, mencionadas nos AA. gregos e romanos. Foram estes povos que as legiões de Roma vieram encontrar, quando irromperam na Península. O território que muitas dessas tribus ocupavam está hoje localizado pelos modernos investigadores, com maior ou menor segurança (⁷²). Reportando-nos ao Convento bracarense, sabe-se, por exemplo, que os *aquiflavienses* ocupavam Chaves e seus arredores, os *límicos* o vale superior do Lima, os *querquernos*, a região de Bande, os *gróvios*, desde a divisória do Lima e do Cávado até ao norte do Minho, os *luancos* no vale médio do Lima, os *galecos*, a norte de Braga, entre o vale do Homem e a serra do Gerez, os *brácaros* na região de Braga, os *bíbalos*, entre a vertente oriental da serra de Larouco e o Tâmega, os *tamaganos*, no vale de Monterrei, banhado pelo Tâmega, etc.

Porém, ao tempo da conquista romana, já estas tribus estavam longe de representar os primitivos Celtas da invasão, não sendo mais do que um mixto resultante da fusão dos celtas na grande massa dos povos autóctones da Ibéria. Eram já apenas «célticos» (*celtici*). A destruição ou expulsão total dos anteriores habitantes do território pela invasão dos celtas, os *sefes* ou «serpentes» do Poema, não passa de uma descrição lendária. A todo êste complexo de povos do ocidente da Península que sofreram a influência céltica, se estendeu, mais tarde, o nome de *lusitanos*, certamente pelo papel primacial que êles vieram a desempenhar na história dos povos da Península.

Do ligeiro esboço etnológico que acabamos de traçar, é lícito, portanto, depreender-se que os *lusitanos* proto-históricos, no sentido mais geral da palavra, isto é — tomados pela sua importância como representantes de toda a massa populacional (7^a), provieram de cruzamentos dos invasores do território com a raça primitiva e autóctone. E ninguém poderá supor que os caracteres antropológicos das populações de origem ficassem completamente desvanecidos nestes cruzamentos. De modo algum. Muito pelo contrário, todo o invasor que se fixa ao território invadido é, no decorrer do tempo, assimilado, social e etnicamente, pelo indígena, numéricamente superior e ancestralmente adaptado ao meio. A não ser que o invasor exterminasse completamente as populações locais, o que se não dá.

Herculano, o nosso grande historiador, que da História teve uma concepção superior e a soube gravar em tábuas de bronze, para a posteridade, como a escreveram Gama Barros ou Alberto Sampaio, isenta da intervenção dos conceitos e inclinações pessoais que constituem a negação de uma crítica objectiva dos factos, afirmou o seguinte, na sua Introdução à «História de Portugal» (7^b): «Temos examinado as relações que se poderiam dar entre nós e aquela porção de tribus célticas denominadas os lusitanos. — Qual é o resultado de tudo o que fica dito? — Que é impossível ir entroncar com elas a nossa História, ou delas descer lógicamente a esta. Tudo falta; a conveniência de limites territoriais, a identidade da raça, a filiação

de língua, para estabelecermos uma transição natural entre êsses povos bárbaros e nós. Se o haverem stanceado em uma parte do nosso território nos desse o bem pouco precioso direito de os considerar como antepassados, êsse direito pertenceria igualmente à Galiza, à Estremadura espanhola e, até, à Andaluzia. Por outra parte, é evidente que a antiga raça céltica, não só da Lusitânia, mas também de outra qualquer parte da Península, se corrompeu, desaparecendo, por fim, na sucessão de tantas invasões e conquistas como as que passaram por êste solo, e sobretudo em virtude do domínio romano, que transformou radicalmente a sociedade. Esses tempos antigos podem ter relação com a História da monarquia espanhola; nunca, porém, com a nossa. Portugal, nascido no século XII em um ângulo da Galiza, constituído sem atenção às divisões políticas anteriores, dilatando-se pelo território do Gharb sarraceno, e buscando até, como veremos, aumentar a sua população com as colónias trazidas de além dos Pireneus, é uma nação inteiramente moderna" (75).

Assim dizia Herculano. Mas, ao tempo em que o grande historiador escrevia estas palavras, no fim da primeira metade do séc. XIX, ainda os estudos da Prè-história nacional estavam na sua alvorada verdadeiramente científica. Hoje, o fruto laborioso e lento dêsses estudos, que devemos a Carlos Ribeiro, Martins Sarmiento, Leite de Vasconcelos, José Fortes, Rocha Peixoto, Ricardo Severo, Mendes Correia, e tantos outros, leva-nos precisamente a conclusões contrárias àquela a que Herculano chegou, relativamente às origens do povo português, — isto é, que tais origens as havemos de procurar precisamente no estudo dêstes velhos castros e citânias, que as tribus lusitanas da nossa proto-história habitaram (76). Aí se encontram as raízes profundas do tronco étnico donde provimos, que nem as primitivas colonizações da Península, nem as invasões das hordas violentas e guerreiras dos Celtas, nem os exércitos de Roma conseguiram destruir, mas tão sòmente influenciar.

Muito principalmente os estudos arqueológicos e etnológicos de Martins Sarmiento, e os estudos históricos de Alberto Sampaio, outra glória vimaranense,

conseguiram reatar o fio das nossas origens e tradições, e assentaram em novas bases um capítulo inédito, que veio trazer luz e rectificar aquela passagem da História de Herculano. Sôbre os Lusitanos escreveu Sarmento que êles possuíam, graças à sua posição geográfica, «uma das mais puras árvores genealógicas dos povos antigos». Se essa pureza inicial se não manteve até hoje, como é óbvio, certo é também que a raça portuguesa muitas afinidades íntimas conservará ainda com os primitivos povoadores dos nossos castros. Esta é a tese actual.

O Português deve muito mais ao seu tipo originário, do que às raças que um dia vieram a enxertar-se no tronco ibérico.

Inclusivamente as línguas peninsulares, derivadas do latim bárbaro mesclado às línguas indígenas, assimilando, posteriormente, outros elementos lingüísticos, tais como o germânico, o árabe, etc., oferecem ainda problemas etimológicos que vários filólogos têm tentado resolver, com probabilidades de sucesso, por meio da língua basca (ou *euscara*, como lhe chamam os naturais), que é considerada uma sobrevivência da velha linguagem ibérica (77).

Vemos, portanto, que as origens raciais dum povo só aparentemente se perdem e desaparecem. Perscrutemos o nosso povo, «o melhor guarda da tradição», como lhe chamou Sarmento; e, nos seus caracteres somáticos, nas expressões e modalidades da sua linguagem arcaica, nas suas crenças e superstições, na sua arte, nos seus usos caseiros, em tôda a sua maneira de ser, não deturpada ainda completamente pela influência anti-nacionalista, e desoladoramente incaracterística, que, desde o começo do séc. XIX até há pouco, vivemos neste país, se encontrará o elo indestrutível que nos liga a um passado longínquo de mais de vinte séculos, quando a vida pulsava nas citânias, hoje derruídas, abandonadas e silenciosas, como grandes necrópoles esquecidas.

Em conclusão: ¿*Quem habitou a Citânia de Briteiros?* — Depois do que ficou dito com a extensão indispensável e a concisão possível, podemos responder com as palavras autorizadas do Sr. Prof. Mendes Correia: «Abandonando o propósito de identificações

exclusivas, que as vélhas misturas étnicas tornam impossíveis, é lícito sobretudo concluir, da continuidade cultural observada no território português, uma persistência de populações que vêm do neolítico e eneolítico. Elas foram *celtizadas*, receberam influências da Europa do fim do hallstattiano e de La Tène. Sofreram influências culturais, e porventura algumas somatológicas, de S. e E., e do Mediterrâneo: dos Fenícios, dos Gregos, dos Cartagineses e dos Tartéssios e Iberos (*stricto sensu*)⁽⁷⁸⁾.

Pertenciam, portanto, os habitantes da Citânia a um povo de origem pré-celta, que sofreu profunda influência céltica, e, posteriormente, a inegável influência romana, povo que representa, para os portugueses de hoje, o velho tronco multi-secular, do qual nós constituímos as últimas ramificações. Em boa verdade, mal esclarecida fica ainda a questão, se a enclausuramos num ponto de vista objectivo e puramente antropológico, mas, no estado actual da Sciência, não é possível ir muito além. Tanto mais quanto é certo raras vezes as necrópoles das proximidades dos castros nos revelarem elementos osteológicos, que forneçam dados seguros para o conhecimento das primitivas populações locais. A raridade dêsses elementos poderá atribuir-se à completa corrosão dos corpos inumados em certos terrenos, ou ao facto de, na Idade do Ferro, a prática da incineração dos cadáveres ter sido talvez mais freqüente do que a da inumação⁽⁷⁹⁾. A necrópole da Citânia de Briteiros está ainda, infelizmente, por localizar⁽⁸⁰⁾. Apenas, em 1930, durante os trabalhos de abertura da estrada, o acaso nos fez deparar com um grande e curioso monumento, ostentando uma estela funerária, semelhante a outra que se guarda no nosso Museu, conhecida pela designação de "pedra formosa", exemplar cuja aplicação foi durante muitos anos um verdadeiro enigma para a Sciência⁽⁸¹⁾.

(Continua).

MÁRIO CARDOZO.